

Globalização e o Capital-Imperialismo: a articulação de organizações patronais latino-americanas em rede associativa, nos anos de 1990.

Flávio Henrique Calheiros Casimiro*

Introdução

A conjuntura dos anos finais da década de 1980 e início da década de 1990, configura-se como um importante momento de reconfiguração nas bases de poder, portanto estratégico do ponto de vista das novas formas de organização da dominação burguesa em diversos Estados latino-americanos. É importante ressaltar que apesar de todo processo de complexificação ou, na concepção gramsciana, ocidentalização da sociedade em diversos Estados na América Latina nas últimas décadas, é preciso evidenciar uma espécie de mobilização no sentido de contra ofensiva das classes burguesas em sua articulação para redefinir suas formas de dominação e acumulação de capital. Este estudo parte, justamente, do interesse em tentar compreender melhor os mecanismos com os quais os grupos dominantes organizam e atualizam suas estratégias para a manutenção da ordem vigente e a ampliação da acumulação no quadro de globalização e reestruturação produtiva.

Por conseguinte, buscamos demonstrar como o exercício da dominação de classe pressupõe a existência de um Estado que dê condições e estruture o poder, universalizando os interesses específicos de determinada classe para todo conjunto social. Como nos diz Nicos Poulantzas: “O Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção” (POULANTZAS, 1980: 44). Por outro lado, o que complexifica a compreensão das formas de dominação de classe, principalmente na conjuntura atual do capitalismo é, justamente, a observação da estruturação dessa dominação burguesa a partir de interesses e de uma atuação que vai muito além dos limites do Estado, sintonizando-se às relações do capitalismo mundializado.

* Professor História Econômica do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Poços de Caldas. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense PPGH-UFF.



Concepção de Estado, sociedade civil e a atuação dos aparelhos privados de hegemonia.

Garantir a realização da dominação e direção de forma indissociada, ou seja, garantir a construção de uma hegemonia, exige uma atualização constante das estratégias de construção de consenso, onde o custo político e social da manutenção prolongada de um regime ditatorial pode trazer tensões, muitas vezes, perigosas do ponto de vista da legitimidade do poder e, por outro lado, em certa medida, podem dificultar a própria reprodução ampliada da acumulação capitalista. Por conseguinte, a democracia – bandeira comum entre distintas classes e frações de classe em disputa nos vários processos de redemocratização de países latino-americanos, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990 - foi incorporada ou capturada também pelos grupos conservadores articulando, assim, estratégias de transição pactuados pelo alto.

No Brasil, segundo Florestan Fernandes, o modelo autocrático-burguês não reflete, sociologicamente, apenas as condições econômicas, socioculturais e políticas do atual estado da sociedade de classe brasileira, sob um capitalismo dependente e subdesenvolvido de grande vitalidade. Ela também revela, por igual e simultaneamente: primeiramente os objetivos e desígnios políticos, mais ou menos deliberados, que animaram a atuação prática das classes e dos estratos de classes burgueses nos momentos de crise do poder burguês no Brasil; em segundo, as potencialidades de absorção efetiva desses objetivos e desígnios pelos processos de estabilidade e mudança da ordem social, inerente à referida sociedade de classes, e o grau de racionalidade demonstrado pelas classes e pelos estratos de classe burgueses no aproveitamento do espaço político daí resultante; e em terceiro o modo pelo qual interesses indireta e especificamente políticos externos, transmitidos através dos dinamismos das nações capitalistas hegemônicas, das “empresas multinacionais” e da “comunidade internacional de negócios”, se encadearam seja com aqueles desígnios e objetivos, seja com suas “possibilidades históricas”, reforçando-os e, portanto, aumentando sua viabilidade a curto, médio e longo prazos (FERNANDES, 2005: 374).

Diante do processo de abertura no bloco de poder, era preciso articular os

interesses das distintas frações do capital em função da manutenção da dominação burguesa e é justamente nesse aspecto que apontamos para uma condição importante para a compreensão da estruturação do domínio burguês, que nos remete a um debate quanto à concepção de sociedade civil. Para nossa análise partimos do pensamento de Gramsci para compreender esse conceito. Não se trata da leitura hegemônica a partir da apropriação realizada por Norberto Bobbio, em que a sociedade civil em Gramsci o teria consagrado como o “teórico das superestruturas”, onde a “unicidade entre a sociedade política e sociedade civil, entre ditadura e hegemonia e demais díades gramscianas, é completamente rompida, erigindo-se em seu original lugar, um suposto antagonismo entre os termos” (PAULA e MENDONÇA, 2013, p.16).

A filosofia da *práxis*, como apresentado pelo filósofo sardo, caracteriza-se justamente pela relação dialética entre tais categorias, assim como sua necessária compreensão a partir de sua relação com realidade histórica concreta. Na visão de Bobbio, Gramsci teria promovido uma ruptura com o pensamento de Marx, alterando o conceito de sociedade civil da base estrutural para a superestrutura. Entretanto, como afirma a historiadora Sônia Mendonça, outro aspecto que merece destaque na crítica à herança perniciosa legada por Bobbio aos gramscianos seria a “sua cegueira quanto ao fato de ser a sociedade civil em Gramsci o caminho por cujo intermédio ele enriqueceu, com novas determinações, a teoria marxiana do Estado, ampliando-a e completando-a” (PAULA e MENDONÇA, 2013: 16). Sônia Mendonça define que:

O cerne do conceito de sociedade civil em Gramsci refere-se à configuração e à produção de vontades coletivamente organizadas, implicando em visões de mundo, em consciências sociais e em formas de serem adequadas - ou opostas - aos interesses burgueses. Sua materialidade institucional específica consiste em um conjunto de aparelhos privados de hegemonia e instâncias de associação voluntária, diversas de empresas e instituições estatais, dotadas de formatos variados que vão desde clubes a jornais, associações de moradores, revistas, etc, espelhando a própria complexificação da sociedade capitalista e a pluralização dos interesses nela presentes, tanto de grupos dominantes quanto de grupos dominados (PAULA e MENDONÇA, 2013: 17-18).

O poder do Estado enquanto órgão essencial para a dominação de classe se edifica não somente no âmbito da sociedade política e da burocracia do poder político, – havendo



uma separação entre a esfera da política e a esfera da economia como supõe o pensamento liberal – mas fundamentalmente essa dominação, como muito bem apresentado por Gramsci, está alicerçada na relação dialética entre sociedade política e as trincheiras e casamatas avançadas na sociedade civil. Nas palavras de Gramsci:

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto das associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2012, v. 3: 24).

Portanto, a concepção de sociedade civil aqui adotada não se encontra em oposição ao Estado, como se este fosse o espaço do poder político e da dominação enquanto a sociedade civil seria o espaço da produção e da liberdade dos indivíduos, concepção característica de uma tradição do liberalismo. A sociedade civil e a sociedade política se fundem na concepção de Estado ampliado ou Estado integral de Gramsci, onde a primeira representa o espaço onde o Estado e, por sua vez, a dominação de classe, encontra seu sustentáculo fundamental. Temos aqui a articulação e/ou *interdeterminação* entre estrutura e superestrutura, onde se inicia o poder político funda-se com o exercício do poder de classe em que sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observados a partir de processos históricos concretos. Como afirma a historiadora Virgínia Fontes:

Em Gramsci a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada (FONTES, 2010: 216).

A partir da concepção de Estado ampliado de Gramsci e do papel edificante do poder pelos organismos atuantes na sociedade civil é que adentramos na discussão da organização da burguesia, mais especificamente dos chamados “aparelhos privados de hegemonia” e seu papel na construção de consenso em torno do projeto de poder. É mister a compreensão de que que a reprodução do capital necessita de atores (indivíduos e

instituições) que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. E, por conseguinte, a hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida.

Nesse sentido, o historiador Marcelo Badaró Mattos afirma que as classes dominantes não apenas monopolizam ou controlam as agências de governo para garantir seus interesses (embora o façam), mas, para tanto, antes já se organizaram em espaços na sociedade civil - associações, sindicatos, clubes, ONGs, organizações patronais, fundações privadas etc. - onde fortalecem os laços de unidade entre os que defendem suas propostas como interesse geral (nacional, de todos, dos cidadãos etc.) e a partir daí, estabelecem consensos, que muitas vezes incluem setores dominados que aceitam tais propostas como se suas fossem (MATTOS, 2009: 76).

Partindo do mesmo pressuposto, podemos observar a assimetria de poder nas lutas sociais onde, Poulantzas afirma que o “Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e as classes dominadas” (POULANTZAS, 1980: 36). Ainda segundo Mattos, “essa é a plataforma de força para que esses projetos alcancem a sociedade política (ou Estado no sentido mais restrito), para serem executados como políticas públicas que se apresentam como atendendo a interesses gerais” (MATTOS, 2009: 77). Como afirma Sônia Mendonça:

(...) se a luta de hegemonias em Gramsci não é apenas uma luta entre visões de mundo, mas igualmente uma luta entre as agências que dão suporte material a essas ideologias, articulando o consenso das grandes massas, é óbvio que os cortes classistas e suas divergências atravessam as próprias agências, muitas vezes contrapondo-as umas às outras. Neste sentido, a sociedade civil guarda não somente forte dose de conflitividade, como também de coerção, equivocando-se os que a tratam como mero “espaço da liberdade”, pelo simples fato de situar-se em âmbito distinto do Estado restrito (PAULA e MENDONÇA, 2013: 20).

A luta pela hegemonia na sociedade, na concepção gramsciana, pressupõe tanto a coerção como a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores. Nessa perspectiva, a hegemonia, além da violência, necessita em níveis variados da persuasão e o estabelecimento de consenso. A classe burguesa moderna, na visão de Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia - isto é, através das atividades e iniciativas



de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais (eu acrescentaria a essa lista os meios midiáticos, cada vez mais eficazes e sedutores) que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe a partir do controle do Estado (sentido restrito). De acordo com Poulantzas:

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante (POULANTZAS, 1980: 33).

Carlos Nelson Coutinho apresenta que os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia” ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social (COUTINHO, 1992).

Por conseguinte, tivemos a ação de determinados grupos no âmbito da sociedade civil, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação pedagógica de persuasão discursivo-ideológica foi realizada por intelectuais orgânicos e instituições, que investiram capital material e simbólico para defender seu posicionamento dominante no quadro político-econômico nacional. Nesse sentido, como afirma Gramsci, “na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (GRAMSCI, 2012, v. 3: 28). Coerção e consenso se articulam dialeticamente na medida que o Estado busca “educar” as classes subalternas a partir dos interesses e da concepção de mundo da classe dominante, e por outro lado “pune” àquelas em que o consenso não é capaz de absorver. Como afirma Gramsci:

O Estado, também nesse campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica

Apesar de destacarmos o papel fundamental da construção de consenso para a estruturação e exercício da hegemonia de determinada classe, não podemos perder de vista que a hegemonia se edifica fundamentalmente a partir do par dialético entre coerção e consenso. A coerção também constitui um elemento fundamental sem o qual o consenso, separadamente, não é capaz de garantir a dominação. Dessa forma reafirmamos o caráter dialético entre os mecanismos de coerção com a “violência legítima” do Estado e a construção do consenso para a edificação da dominação de classe. De acordo com Poulantzas:

O exercício da violência legítima está organicamente implícito nas relações de produção para que haja extorsão do excesso de trabalho aos produtores-detentores da posse do objeto e dos meios de trabalho. Devido às nítidas relações entre o Estado e a economia, consideramos que essas mesmas relações apresentam contorno, extensão e sentido totalmente diferentes no capitalismo (POULANTZAS, 1980: 22).

A reconfiguração da dominação burguesa vem sendo articulada na América Latina, nos anos de 1990, e se apresentando a partir de distintas frentes: seja pela ação desestruturadora e desarticuladora dos movimentos sociais e trabalhistas diante da atuação incisiva do Estado, seja por meio da coerção violenta sobre os movimentos sociais, ou mesmo com o processo de desregulamentação e dilapidação de conquistas e direitos historicamente constituídos a partir das lutas sociais. Além disso, essa atuação se faz também por meio da naturalização de um novo significado de ator social – através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia e dos meios midiáticos –, despolitizando as relações sociais e transformando o trabalhador militante e combativo em um voluntário passivo diante da própria condição de explorado. Como afirma Virgínia Fontes, em um “peculiar processo de mercantil-filantropização da luta social (FONTES, 2010: 270-271)”.

A Organização de uma *Rede Associativa* de Entidades Burguesas na América Latina.

Os anos de 1970 e 1980 foram extremamente ricos no que concerne à “constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam a

“multiplicidade a seletividade repressiva dominante” (FONTES, 2010: 227). A historiadora Virgínia Fontes investiga a organização da burguesia brasileira e sua inserção no quadro de capital-imperialismo, e afirma que as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes, durante eu acrescentaria também, depois do período ditatorial. Apresentavam-se entretanto, como sociedade civil no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do Centrão, força política interpartidária que lhe dava suporte. (FONTES, 2010, p. 242).

Por conseguinte, atuando como sustentáculos para a construção dos projetos de dominação das classes burguesas da América Latina, podemos destacar a atuação de importantes entidades de caráter patronal, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação que se manifesta na *práxis* e penetra em todas as esferas da vida social, tem um caráter pedagógico de persuasão discursivo-ideológico, conscientemente organizado e executado por agentes e instituições, com o objetivo de defender sua posição de dominação, assim como a ampliação da acumulação capitalista.

Como afirma Carla Luciana Silva, “essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)” (SILVA, 2005, p. 19). Nesse sentido, buscamos analisar a articulação dessas burguesias latino-americanas a partir da estruturação de uma espécie de *Rede Associativa* de organizações empresariais que atuam no sentido de estabelecer, elaborar, influenciar e cobrar pela implantação de políticas e projetos de lei de caráter neoliberal em diversos países na América Latina.

É nesse sentido que buscamos analisar as ações pedagógicas, propositivas e organizativas, empreendidas por agências e instituições latino-americanas, sintonizando-se aos interesses imperialistas articulados por organizações privadas dos EUA. Por conseguinte, apontamos para uma atuação burguesa para além das fronteiras e interesses



específicos dos Estados. Essa rede de aparelhos privados de hegemonia articulados e atuantes na reelaboração das formas de dominação burguesa em seus respectivos países – e mais do que isso, como parte de um projeto maior de capital-imperialismo na América Latina – é composta pelas seguintes entidades privadas:

Rede de Organizações latino-americanas associadas – Programa do CIPE

País ou Região	Organização Patronal Associada	Sigla
América Central	Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá	FEDEPRICAP
Argentina	Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana / Fundación Mediterránea	IERAL
Bolívia	Confederación de Empresarios Privados de Bolivia	CEPB
Brasil	Institutos Liberais	IL
Chile	Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales / Universidad Alberto Hurtado	ILADES
El Salvador	Asociación Nacional de la Empresa Privada	ANEP
Equador	Asociación Nacional de Empresarios	ANDE
Nicarágua	Consejo Superior de la Empresa Privada	COSEP
Paraguai	Fundación para la Cooperación y el Desarrollo	FUPACODE
Peru	Instituto APOYO	APOYO
República Dominicana	Centro de Orientación Económica	COE
Uruguai	Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social	CERES

Essas entidades patronais desenvolveram uma série de estratégias de difusão ideológica para o desenvolvimento do projeto neoliberal em seus países, objetivando capilarizar seu discurso e universalizar seus interesses de classe, transbordando-os para outros estratos a partir da incorporação de diversos setores e grupos sociais, principalmente aqueles considerados “formadores de opinião”, como políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais simpatizantes da causa liberal.

Dessa forma, apontamos para a atualização da dominação burguesa, pela estratégia do projeto neoliberal, tanto por meio da necessidade da atuação efetiva e coercitiva do Estado - através das reformas de caráter neoliberal, desregulamentação de direitos dos



trabalhadores e desarticulação e repressão aos movimentos sociais - como também pela construção do consenso a partir da ação pedagógica de intelectuais orgânicos, instituições e aparelhos midiáticos. Reafirmamos, portanto, a ideia de complementaridade fundamental entre sociedade civil e sociedade política para a composição do Estado (sentido amplo) e da própria ossatura material da dominação da classe burguesa. Dessa forma, os aparelhos privados de hegemonia, acima apresentados, atuaram de forma propositiva e organizativa, penetrando nos mais diversos níveis de sociabilidade no intuito de universalizar seus interesses de classe, reformulando e atualizando seus mecanismos de dominação e acumulação de capital.

Essas organizações patronais latino-americanas que já atuavam em seus respectivos países em caráter nacional ou mesmo supranacional (como é o caso da FEDEPRICAP na região da América Central), passaram a compor uma espécie de *Rede Associativa*. A constituição dessa rede foi estabelecida a partir da inserção das entidades patronais supracitadas em um projeto maior voltado à América Latina, tendo como núcleo orgânico de convergência e formulador de diretrizes, a instituição privada estadunidense, sediada em Washington, chamada *Center for International Private Enterprise* (CIPE). A instituição foi fundada nos EUA, em 1983, como um centro filiado à organização conservadora *US Chamber of Commerce* e financiado pela *National Endowment for Democracy* (NED), pela *US Agency for International Development* e por fontes privadas

Para compreender a origem e a atuação do CIPE, precisamos partir da criação do NED e seus desdobramentos. O Fundo Nacional para a Democracia (*National Endowment for Democracy* - NED), foi criado em 1983, no governo Reagan. Trata-se de uma organização não governamental, mas sustentada com recursos governamentais, constituindo-se como um dos canais fundamentais de atuação e intervenção dos EUA no exterior.

A formação do NED foi seguida pela criação de outras quatro entidades de representação ligadas a ele, são elas: *Center for International Private Enterprise* (CIPE), fundado em 1983, constituiu-se como uma entidade da *U.S. Chamber of Commerce*



(Câmara Americana de Comércio). Trata-se de uma poderosa organização empresarial à qual se vinculam mais de uma centena de associações empresariais no mundo, incluindo a maioria dos países latino-americanos; o National Democratic Institute for International Affairs (NDI), instituto associado ao Partido Democrata, nos EUA; o International Republican Institute (IRI), instituto associado ao Partido Republicano, nos EUA; Em 1997, a AFL-CIO unificou seus quatro institutos de atuação no exterior, incluindo o FTUI, criando o American Center for International Labor Solidarity (ACILS), também conhecido como Solidarity Center, com atuação nos setores trabalhistas e sindicais. A estrutura do NED representa, assim, uma articulação estratégica entre o Estado americano, os dois partidos políticos dominantes, as corporações norte-americanas e a cúpula do movimento sindical (MINELLA, 2009). Segundo o cientista político Ary Cezar Minella:

Como observam Scott e Walters, o NED permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não-intervenção, e essa “diplomacia informal” é um elemento potencialmente útil para a política externa. Essa dimensão intervencionista foi denunciada no próprio Congresso norte-americano desde o início da formação do NED. O NED é uma organização juridicamente privada, mas seu orçamento está presente no Departamento de Estado e deve ser aprovado pelo Congresso norte-americano. Os recursos são repassados basicamente pela USAID. Durante os anos 90, recebeu entre 30 e 35 milhões de dólares anualmente, parte dos quais é operada diretamente pelo NED (entre 40-45%), e a outra é repassada para as quatro organizações, que também recebem fundos de outras fontes, como as corporações privadas. Os recursos são utilizados para financiar atividades e organizações de diversos tipos no exterior: centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como think tanks), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos, organizações diversas da sociedade civil. (MINELLA, 2009: 14)

Originado a partir dessa política de intervenção imperialista, o CIPE define da seguinte forma os seus objetivos: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo. Essa atividade é feita em conjunto com diferentes instituições locais nas democracias emergentes, consideradas como os esteios da sociedade democrática: *think-tanks*, associações empresariais,



instituições educacionais e de treinamento para os profissionais da mídia. O CIPE já financiou mais de 300 projetos em 50 países (Center for International Private Enterprise, in: cipe.org). O CIPE sustenta que os países precisam construir instituições democráticas e orientadas para o mercado, simultaneamente, uma vez que essas seriam, essencialmente, duas faces da mesma moeda. “Sem um sistema de mercado em funcionamento, as democracias permanecerão frágeis. Da mesma forma, sem um processo democrático, as reformas econômicas não são suscetíveis de ter sucesso” (cipe.org).

A relação e, por sua vez, a constituição da citada *rede associativa* de organizações burguesas latino-americanas foi estruturada a partir da inserção dessas instituições em projeto organizado e financiado pelo CIPE. O Projeto chamado de “*Assessoria Legislativa*” desenvolvido pelo CIPE em países da América Latina foi idealizado em 1985, pelo embaixador da República Dominicana nos Estados Unidos, Carlos Despradel. De acordo com o relatório de resultados do projeto:

Ele [Carlos Despradel] organizou um programa, surpreendentemente simples e direto em seu contorno, que se tornou o modelo para todos os serviços de assessoramento legislativo subsequentes:

*Uma entidade capaz de realizar pesquisas econômicas privadas locais, periodicamente seleciona **um projeto de lei de importância econômica nacional** que está sob deliberação do Congresso (ou um tópico que deva ser considerado pelos legisladores nacionais).*

*Analisa o projeto de lei e **apresenta seu ponto de vista do problema, conclusões e ações recomendadas** a todos os membros do Congresso em um relatório, de breve leitura entre quatro e oito páginas.*

O relatório é distribuído ao mesmo tempo aos setores de tomada de decisão como funcionários e dirigentes de instituições influentes e a interessados – do Poder Executivo, aos dirigentes de partidos políticos fora do Legislativo, às organizações de meios de comunicação empresariais e trabalhistas, aos institutos de investigação e universidades, às Missões estrangeiras, entre outros.

O grupo defende os pontos de vista apresentados no relatório, por exemplo, em conferências de imprensa, reuniões de revisão especial com os legisladores, debates ou seminários, mesa redonda com líderes de opinião de vários propósitos, aparições em audiências do Comitê do Congresso, etc.

O relatório inteiro ou trechos dele são muitas vezes reimpressos nos jornais diários, semanais, em suplementos econômicos, revistas acadêmicas, ou de outras publicações do donatário ou organizações associadas. (grifos nossos) (Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, in: cipe.org).

Essa *rede associativa* de aparelhos privados de hegemonia espalhados e atuantes em



diversos países latino-americanos são articulados a partir de diretrizes estabelecidas pelo CIPE, que, para a nossa análise, constitui-se como um “estado-maior” na formulação de estratégias de ação catalizadas por meio do Programa de Assessoria Legislativa para a América Latina

Essa relação não se restringia a simples difusão cultural do pensamento liberal, mas, na verdade, podemos observar uma atuação propositiva com objetivo de promover uma penetração mais incisiva e direta no campo político no Estado restrito, através de ações voltadas aos poderes executivo e legislativo. Nesse sentido, esses agentes e instituições propuseram ou influenciaram na criação e/ou aprovação de projetos de leis diretamente ligados ao processo de reestruturação produtiva e ao capitalismo globalizado, como: flexibilização de direitos trabalhistas; desarticulação de sindicatos e movimentos sociais; privatizações; desregulamentação econômica, etc. Foi nesse sentido que o CIPE organizou e financiou o projeto de “assessoria legislativa” para a América Latina, executado pelos supracitados aparelhos privados de hegemonia em seus respectivos países.

De acordo com o relatório de resultados do projeto, a ideia consistia na “operação de junção de dois objetivos, que raramente têm sido conceituados como complementares e assim aplicados”. Seriam eles:

- 1) **A democratização econômica:** a promoção de políticas e práticas de livre iniciativa privada e a economia de mercado, ao longo das linhas demonstrado com resultados positivos na Europa Ocidental, América do Norte e Oriente nas repúblicas da Ásia e;
- 2) **A democratização política:** ampliar e fortalecer as bases da representação política e de políticas públicas em pelo menos três dimensões:
 - a) em primeiro lugar, o reforço da capacidade do legislador nacional para tomar decisões informadas e equilibrar o ramo mais forte no executivo;
 - b) fornecer um mecanismo para que **as empresas estudadas possam transmitir opiniões ao governo na formulação de políticas e;**
 - c) **informar e educar o público** através da mídia sobre as medidas econômicas a serem consideradas pelo seu governo. (*Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, em: cipe.org*). (grifos nossos).

Partindo do contexto brasileiro, o programa foi executado por uma organização ligada ao empresariado denominada Instituto Liberal, fundada em 1983, cujo objetivo é a difusão do pensamento e políticas liberais no Brasil aos moldes dos chamados *Think Tanks*.



A relação do Instituto Liberal do Brasil e o CIPE se deu por meio da execução do projeto de assessoria legislativa realizado no país entre meados de 1990 e fevereiro de 1993. O CIPE investiu cerca de US\$ 325.900 dólares no programa de assessoria legislativa no Brasil, que recebeu o nome de “*Série Notas*”. Além desse montante de recursos investidos diretamente pelo CIPE, o projeto também captava recursos de diversas outras fontes, principalmente por meio de fontes privadas ligadas ao empresariado. Por conseguinte, o CIPE não só estabelecia as diretrizes ideológicas e de ação, como também financiava o projeto executado nos vários países latinoamericanos. Os recursos eram repassados de forma decrescente até que o programa pudesse se manter somente com fontes alternativas.

No caso brasileiro, o programa foi desenvolvido através de um sistema de publicações de folhetos que constituíam uma carta econômica mensal de circulação nacional, com uma tiragem que variou, ao longo dos anos, entre 5.000 e 10.000 exemplares. Esta tiragem leva em conta o público-alvo específico para esta proposta, na ocasião, políticos do legislativo, alguns casos do executivo e, mesmo, intelectuais acadêmicos e lideranças sociais. De acordo com o primeiro número da série publicada pelo Instituto Liberal, temos a seguinte apresentação:

Prezados leitores, Notas cuja publicação se inicia com esse número, é uma carta mensal editada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro e dirigida a públicos específicos. O objetivo principal de Notas é a avaliação de custos e benefícios que resultariam da aprovação de projetos de lei encaminhados ao legislativo, bem como de atos normativos do executivo.

A seleção dos projetos de lei para a análise em Notas dependerá de vários fatores, mas, de maneira especial, da importância relativa do impacto que tais projetos possam vir a ter sobre a sociedade. A avaliação de custos e benefícios se fará sob a ótica do cidadão e da soberania do consumidor, com absoluto respeito ao princípio da isonomia, ou seja, a igualdade de todos diante da lei. Esta orientação liberal se opõe à tendência de concessão de privilégios a grupos específicos de pessoas em detrimento do resto da sociedade.

Este tipo de trabalho de avaliação vem sendo desenvolvido por outras nove instituições similares ao IL, instaladas em diversos países da América Latina, através de programas financiados conjuntamente por instituições locais e pelo CIPE - Center for International Private Enterprise, fundação norte-americana cujos objetivos são a promoção e o fortalecimento da democracia e da empresa privada como base da prosperidade e liberdade individuais num contexto de economia de mercado¹.

¹ Trecho extraído do primeiro volume do projeto de Assessoria Legislativa financiado pela CIPE no

Nesse sentido, o objetivo dos projetos de “assessoria legislativa”, executados por meio do suporte financeiro e organizacional do CIPE, é analisar ou propor projetos de lei e dispositivos constitucionais, sob a ótica ideológica neoliberal, para tanto, a organização estadunidense investiu no programa latino-americano cerca de 4,3 milhões de dólares, além de viabilizar outras fontes de investimentos com agências internacionais e o setor privado. Essa atuação associada entre o CIPE dos EUA e o Instituto Liberal do Brasil, também pode ser verificada, com pequenas adequações e modificações de uma região para outra, em todos os demais países apontados neste estudo, através das suas respectivas organizações patronais, como mostra o relatório de resultados para a América Latina de 1993 (Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America).

É muito importante aqui a compreensão do papel fundamental do Estado para o exercício da dominação de classe. Mesmo diante de interesses, objetivos e empreendimentos econômicos que extrapolam as fronteiras dos seus respectivos Estados, todos os exemplos citados dessa articulação entre diferentes aparelhos privados de hegemonia de diversos países da América Latina, não prescindem do Estado para garantirem sua posição de dominação e consolidarem seu projeto de poder. Mas, todavia, o que podemos perceber é justamente o oposto. A atuação dessas instituições representantes das classes dominantes de cada um desses países se desenvolve no sentido de ampliação do controle e captura dos seus respectivos Estados (não em um sentido utilitarista, mas sim na ampliação da dominação burguesa e seus mecanismos ideológicos utilizados para universalizar seus interesses específicos de acumulação). Portanto, as formas de dominação por parte das classes burguesas desses países, mesmo que tendo relações econômicas e interesses corporativos para além dos Estados, dependem de forma visceral da existência e da ampliação do controle dos Estados para a garantia da reprodução da dominação.

Conclusão

Brasil, através do Instituto Liberal. A Constituição Brasileira e o Estado de Direito/Educação – Medida Provisória 207. NOTAS: **Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 1, 1990, p.1.

Os processos de transição para a democracia em grande parte dos países latino-americanos abordados neste estudo, não representaram uma transformação profunda das estruturas de dominação burguesa, nem tampouco, contemplou, de fato, as reivindicações dos grupos progressistas e das classes subalternizadas. Para viabilizar a atualização do projeto de dominação burguesa, foi necessário agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais, até os grandes conglomerados financeiros e industriais, penetrando nos mais diversos níveis da sociabilidade. Dessa forma, a dominação de classe, depende, por sua vez, do controle ou captura do Estado, que constitui-se como uma estrutura fundamental para a manutenção e reprodução do poder de classe. Essa captura não deve ser entendida a partir de uma visão “instrumentalista” do Estado, como se houvesse uma utilização do Estado por uma classe, mas, como visto em Poulantzas, há uma *natureza* de classe no Estado capitalista (POULANTZAS, 1980). Segundo Sônia Mendonça:

o capitalismo é constituído pela exploração de classes, ainda que ele não se resume ao mero sistema de sua opressão, já que submete toda vida social às exigências do mercado e da mercantilização da própria vida. E o estado ampliado, sem deixar jamais de ser uma condensação dessas mesmas relações de classe, contribui, para além da simples coerção, para perpetrá-lo (PAULA e MENDONÇA, 2013: 25).

Por conseguinte, essas instituições patronais ou aparelhos privados de hegemonia na concepção gramsciana, representam, em uma sociedade ocidentalizada, estruturas estruturantes do poder de Estado. Mesmo diante de interesses capitalistas mundializados que, por sua vez, extrapolam as fronteiras dos Estados, estes constituem espaços mais do que necessários, mas sim, fundamentais para o exercício da dominação de classe capitalista. Dessa forma, o papel e abrangência do Estado vai muito além da simples dominação política imediata. Como afirma Poulantzas:

o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do

Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (POULANTZAS, 1980: 17).

A partir do exposto, afirmamos que essas organizações burguesas buscam universalizar a sua concepção de mundo, no intuito de legitimar sua posição dominante e, para tanto, o Estado é seu mecanismo fundamental. No exemplo brasileiro, essa burguesia, não se posiciona como mera subalterna passiva diante do processo de imperialismo no quadro do capitalismo mundializado. Na verdade entendemos que nesse processo a burguesia busca se associar – mesmo que ocupando uma condição de sócio menor – aos interesses dos grandes grupos financeiros das potências centrais do capitalismo mundializado, rearticulando e atualizando suas estratégias de acumulação e dominação em consonância com o quadro de reestruturação produtiva. Segundo Virgínia Fontes:

O crescimento do imperialismo, de forma não linear e atravessado de lutas sociais e contradições, também conduziu a um novo salto no patamar de acumulação de capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias, que altera quantitativa e qualitativamente, mais uma vez, seu teor ao longo dessa expansão (FONTES, 2010, p. 145 - 146).

Sem embargo, o capital-imperialismo com seu forte predomínio do capital monetário e sua fulminante capacidade expropriadora está entranhado em processos sociais que “resultaram em modificações profundas do conjunto da vida social que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade” (FONTES, 2010, p. 146).

Essa naturalização de uma cultura única, de uma sociabilidade do capital entranhada nas mais diversas e específicas manifestações da vida social, é que legitima e garante a manutenção das formas de dominação e, por sua vez, a reprodução ampliada da acumulação capitalista. Nesse sentido, Virgínia Fontes afirma que o capital baseia-se na permanente ampliação e exasperação de uma certa forma de vida social específica - a disponibilização massiva, tendencialmente atingindo toda a população, dos seres singulares convertidos em necessidade objetiva e em disposição subjetiva unilateral para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições, base social para que um mercado “econômico” supostamente



livre possa se generalizar. A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista. (FONTES, 2010).

Referências Bibliográficas:

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5a. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere (caderno 13)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (vol 3).

_____. *Cadernos do Cárcere (caderno 19)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, (vol 5).

_____. *Os intelectuais e a construção da cultura*. 7a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e o Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

NEVES, Lúcia (Org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). *Sociedade Civil: ensaios históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de